

LEGISLATIVO

Congresso ainda não cumpre todas as funções previstas na Constituição

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), encerrou no dia 16 passado a última sessão ordinária do ano legislativo indicando "o dever cumprido dos parlamentares com o País" e lembrou que, durante 1991, foram disciplinados vinte dispositivos da Constituição Federal, apreciados mais de sessenta vetos presidenciais e analisadas mais de 3 mil proposições.

Os 503 deputados federais e os 81 senadores tiveram na semana passada de prorrogar seus trabalhos por mais quatro dias para que pudessem concluir a votação do projeto de reforma tributária de emergência do governo, da proposta de consolidação da rolagem das dívidas dos estados e municípios e do Orçamento da União para 1992. Apesar disso, é certo também que o Congresso Nacional está longe de cumprir todas as funções que a Assembléia Nacional Constituinte lhe atribuiu em 1988, com a promulgação da nova Carta Magna.

Para o deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), o Congresso Nacional terá de passar por uma complexa e delicada mudança estrutural para que possa exercer efetivamente seu principal poder — atribuído pela Constituição de 1988 — que é o "de participar na formulação das políticas nacionais", a partir do momento em que ajuda na elaboração do Orçamento da União, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual de Investimentos.

"A modernização da estrutura da Câmara, porém, é um processo lento que implicará em mudanças nos níveis de poder cristaliza-

dos hoje em torno de lideranças partidárias, na revisão do regimento interno das duas casas, na aprovação da Lei Orgânica dos Partidos e na alteração do próprio sistema eleitoral", avalia Jobim.

O deputado Jobim, embora reconheça que a sua proposta suscitará bastante polêmica, cogita até mesmo da extinção das lideranças partidárias, propondo concomitantemente a definição da programação dos trabalhos da Câmara. "O fato é que hoje os líderes é que decidem as matérias que entrarão na ordem do dia e a grande massa de parlamentares que vai ao plenário chega para uma votação, na maior parte das vezes, sem saber o que está sendo discutido."

Esse processo de tramitação dos projetos legislativos, que concentra o poder decisório em torno das lideranças partidárias, na opinião de Jobim, acaba por incentivar a ausência em plenário e transformar a grande massa dos parlamentares em mera "máquina carimbadora", com um profundo "sentimento de inutilidade". Já o senador Maurício Correia (PDT/DF), acredita que a Constituição de 1988 avocou para o Congresso um rol exagerado de tarefas, do ponto de vista da eficácia para o cumprimento desses encargos.

A esse "excesso de atribuições" soma-se "um mal típico do brasileiro, que tem por hábito deixar tudo para a última hora", diz o senador. Isso se traduz por exemplo no número de artigos regulamentados da Constituição. Dos 232 artigos da Carta, apenas 65 foram regulamentados pelos parlamentares depois de mais de três anos da promulgação da Constituição.

Maurício Corrêa faz um

resumo da situação: "Durante o ano se discursa em demasia e se atrasa a aceleração dos projetos nas comissões técnicas". As luzes de dezembro, para a recuperação do tempo perdido, as matérias mais importantes ganham, por acordo de lideranças, o regime de urgência urgentíssima, de forma que os projetos saiam das comissões direto para o plenário. Para piorar a situação, os últimos meses do ano são os preferidos do Executivo, que não tem a menor cerimônia de encaminhar um projeto ao Congresso Nacional no último dia do ano legislativo, como ocorreu por exemplo na semana passada com a proposta de reajuste aos servidores públicos federais.

O líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno, de São Paulo, classifica a relação entre o Executivo e o Legislativo de "pouco respeitosa e totalmente equivocada", não só pelo envio de projetos importantes ao Congresso no final do ano, como também pelos vetos presidenciais às matérias aprovadas pelo Congresso com ampla maioria e a edição de medidas provisórias para temas sem consenso entre os parlamentares.

Esse conflito entre os dois poderes é a principal consequência hoje da chamada pulverização partidária que se delinea no Congresso. A realidade é que as urnas de 1990 elegeram simplesmente dezenove minorias. Nem o governo, nem a oposição conseguiram até agora formar um bloco majoritário, o que tem dificultado e retardado a aprovação de diversos projetos na Câmara e no Senado. A falta de consenso adiou para 1992 a apreciação de projetos como o da modernização dos portos, o de propriedade in-

dustrial, o da lei orgânica dos partidos, o da lei de imprensa e o de alteração do sistema eleitoral.

"A falta de uma base parlamentar prejudica bastante", reconhece o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL/PE). Ele enfatiza, no entanto, que a modificação do atual quadro está vinculada à alteração da estrutura partidária.

Na sua opinião, poderia ser retomado o modelo da Carta de 1946, que previa que cada partido tivesse uma representação mínima de 5% em pelo menos nove estados da federação para eleger um representante para o Congresso.

Das novas funções do Congresso recebidas pela Constituição de 1988, talvez a que tenha ganho maior publicidade foi a de fiscalizar a administração pública. Implacavelmente, foram abertas comissões de inquérito parlamentar para apurar durante o ano os escândalos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), dos marajás da Previdência e dos superfaturamentos de compras dos ministérios da Saúde e do Exército. Os resultados foram tímidos.

Com a imagem do Parlamento ferida, a Câmara dos Deputados só ousou uma vez durante o ano de 1991, ao aprovar a cassação do deputado Jakes Rabelo, no início de novembro passado, alegando falta de decoro parlamentar, já que o ex-deputado havia falsificado uma carteira funcional encontrada com o seu irmão — preso por tráfico de drogas. A ousadia da Casa esmoreceu, porém, diante das denúncias de irregularidades na Comissão Mista de Orçamento, acusando sete deputados de intermediar recursos para seus redutos eleitorais.